

EWERTON MARCUS DE OLIVEIRA GÓIS

**RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO POR VIOLAÇÃO DE
DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DE CASO DA CORTE INTERAMERICANA DE
DIREITOS HUMANOS**

BRASÍLIA

2010

EWERTON MARCUS DE OLIVEIRA GÓIS

**RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO POR VIOLAÇÃO DE
DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DE CASO DA CORTE INTERAMERICANA DE
DIREITOS HUMANOS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-
Graduação *Stricto Sensu* em Direito do Centro
Universitário de Brasília para obtenção do
Grau de Mestre em Direito das Relações
Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Francisco Rezek

BRASÍLIA

2010

Dissertação defendida como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direito no Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário de Brasília, em 04 de outubro de 2010, perante a banca examinadora constituída pelos Excelentíssimos Senhores Professores Doutores

Professor Dr. José Francisco Rezek
Orientador

Professora. Dra. Loussia Penha Musse Felix
Examinadora

Professor. Dr. Hector Valverde Santana
Examinador

BRASÍLIA
UNICEUB
2010

RESUMO

A presente dissertação faz a análise de um caso julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no qual foi reconhecida a responsabilidade internacional do Estado brasileiro por violação de direitos humanos. Para atingir este objetivo buscou-se, primeiramente, examinar o conceito dos direitos humanos, tangenciando o debate entre o relativismo e o universalismo de valores, que marca o movimento de universalização desses direitos. A temática se desenvolve mediante a investigação da responsabilidade internacional do Estado em matéria de direitos humanos, abordando o trabalho realizado pela Comissão de Direito Internacional da Organização das Nações Unidas, bem como definindo o status dos tratados de proteção dos direitos humanos no ordenamento jurídico pátrio. É apresentado o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos estabelecido pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos integrado pela Comissão e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Faz-se, por fim, uma abordagem da Lei n. 9.296/96, que regulamentou a interceptação telefônica no Brasil, destacando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVES:

Responsabilidade Internacional do Estado - Violação dos direitos humanos - Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos - Convenção Americana de Direitos Humanos - Corte Interamericana de Direitos Humanos - Comissão Interamericana de Direitos Humanos - Direito à privacidade - Interceptação telefônica.

ABSTRACT

The present study analyzes a case heard by the Inter-American Court of Human Rights, in which the Court found that Brazil violated human rights. The study examines human rights concepts, including the debate between relativism and universalism of values, which is a characteristic of the human rights universalization movement. It also investigates the international State responsibility in human rights matter, covering the work done by the United Nations International Law Commission and defining the status of human rights treaties in the national legal system. It also presents the Inter-American System of Human Rights protection established by the American Convention on Human Rights formed by the Inter-American Commission on Human Rights and the Inter-American Court of Human Rights. Finally, it examines the law number 9.296/96, which regulates telephone interception in Brazil, with emphasis on the Supreme Court jurisprudence.

KEY-WORDS:

International State responsibility - Human rights violations – Inter-American System of human rights - American Convention on Human Rights – Inter-American Court Of Human Rights – Inter-American Commission on Human Rights - Right of privacy - Telephone interception.

À minha esposa Carolina e aos meus filhos Luisa e Davi.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE OS DIREITOS HUMANOS E O SEU MOVIMENTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO	13
1. Considerações preliminares sobre os direitos humanos	13
2. O movimento de internacionalização dos direitos humanos	15
CAPÍTULO II - A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO EM MATÉRIA DE DIREITOS HUMANOS	25
1. Conceito e elementos da responsabilidade internacional do Estado	25
2. A Comissão de Direito Internacional da ONU e o projeto de codificação da responsabilidade dos Estados por atos internacionalmente ilícitos	30
3. Responsabilidade internacional do Estado por violação de direitos humanos	33
4. Os tratados sobre direitos humanos e seu status no direito brasileiro	35
CAPÍTULO III - SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	43
1. O Sistema ONU	43
2. O Sistema Interamericano	46
2.1 A Comissão Interamericana de direitos humanos	50
a) Competência	51
b) Procedimento	52
c) Admissibilidade	55
2.2. A Corte Interamericana de direitos humanos	57
a) Composição e funções	57
b) As exceções preliminares	60
c) As formas de reparação	61
d) O cumprimento das decisões	65
CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO	69
1. Os fatos	70
2. O direito à privacidade na teoria geral dos direitos fundamentais	72
3. A interceptação telefônica	77

a) A normatização no direito interno	77
b) As modalidades de captação de conversas	80
c) Atribuição para requerer e competência para autorizar a interceptação	81
d) O pedido da interceptação	84
e) A fundamentação da decisão, o período de interceptação e a degravação das fitas	85
f) O sigilo nas interceptações	87
4. As medidas judiciais adotadas pelos demandantes no âmbito interno	89
a) Investigação e ação penal	89
b) Mandado de Segurança	90
c) Ações civis	90
5. A medida administrativa	91
6. A submissão do caso pela Comissão à Corte Interamericana	91
7. A petição dos representantes e a defesa do Estado brasileiro	92
8. O procedimento perante a Corte	93
8.1 As exceções preliminares	93
8.2 A análise de mérito	96
a) Violação ao artigo 11 da Convenção Americana (proteção da honra e da dignidade)	96
b) Violação ao artigo 16 da Convenção Americana (liberdade de associação)	100
c) Violação aos artigos 8.1 (garantias judiciais) e 25.1 (proteção judicial)	101
d) Violação ao artigo 28 (cláusula federal)	103
e) Reparações	103
f) Medidas de satisfação e garantias de não repetição	104
f.1) Obrigação de publicar a sentença	104
f.2) Reconhecimento público de responsabilidade internacional	105
f.3) Dever de investigar, julgar e, se for o caso, sancionar os responsáveis pelas violações dos direitos humanos	105
f.4) Formação dos funcionários do Poder Judiciário e da Polícia	105
f.5) Revogação da Lei n. 15.662/07, que concedeu à juíza Khater o título de cidadã Honorária do Estado do Paraná	106

g) Custas e gastos	107
h) Modalidade de cumprimento dos pagamentos ordenados	107
i) Os pontos resolutivos	108
j) A execução da sentença	109
j.1) Danos morais e restituição de custas e gastos do processo	109
j.2) Obrigação de publicar a sentença	109
j.3) Dever de investigar, julgar e, se for o caso, sancionar os responsáveis pelas violações dos direitos humanos	110
CONCLUSÃO	112
REFERÊNCIAS	117

